

Deterrence estratégica na Primeira e na Segunda Guerra Fria

Reis Friede*

Deterrence estratégica e Primeira Guerra Fria

Maarten Rothman, professor associado de Relações Internacionais na *Netherlands Defence Academy*, observa que a Teoria da Deterrence, desde o começo, preocupou-se com as relações mantidas pelos países. Recorda que, durante a Primeira Guerra Fria (1947-1991), à medida que as guerras por procuração entre as superpotências ganhavam atenção e o pensamento estratégico se voltava para limitar a escalada (horizontal e vertical), o contexto conceitual foi ampliado para incluir a diplomacia coercitiva, ou simplesmente coerção, significando o uso de ameaças militares para obrigar um Estado a ceder a demandas de outro (Rothman, 2021).

Com a invenção das armas termonucleares, cuja potência destrutiva é muito superior à dos artefatos atômicos de fissão, a deterrence passou a ser amplamente aplicada à estratégia das potências nucleares e dos principais sistemas de alianças. Em artigo sobre o tema, Ávila, Martins e Cepik (2009) rememoram que a distribuição de poder no sistema internacional durante a Guerra Fria foi, em grande medida, determinada pela posse de armamentos termonucleares e pela possibilidade que os detentores dessas armas possuíam de promover um ataque retaliatório com mísseis balísticos intercontinentais (lançados de terra ou submarinos) e bombardeiros de longo alcance.

Essa relação entre posse de armas nucleares, capacidade de retaliação e poder nacional explica o fato de os Estados Unidos da América (EUA) e a ex-União Soviética (URSS) terem se lançado em uma busca frenética pela ampliação de seus arsenais nucleares – e, por consequência, de suas capacidades de retaliação – durante aquele período frio. A premissa fundamental era que cada potência nuclear deveria ter uma capacidade destrutiva instantânea e avassaladora contra qualquer agressão. A simples possibilidade de o país recebedor do primeiro ataque ainda manter, em alguma medida, essa capacidade, por si só, demonstra a complexidade que envolve a decisão de fazer uso de uma arma nuclear.

Isso porque não há como afirmar, com absoluta precisão, que a potência nuclear atacada ficará impedida de retaliar. Para muitos estudiosos, um fator essencial para a efetividade da deterrence é a existência de certo grau de incerteza do possível agressor quanto à capacidade de retaliação que o país a ser atacado teria. Haveria o risco de o atacante inicial sofrer danos ainda maiores em decorrência da resposta a ser desfechada pelo Estado inicialmente atingido. Com efeito, a estratégia de deterrence requer duas condições: *credibilidade* quanto à capacidade de retaliar um ataque e *determinação* de responder a esse ataque, independentemente de constituir uma certeza.

* Desembargador federal, é professor emérito da ECME e da EsAO, professor *honoris causa* da ECEMAR, conferencista especial da ESG e membro da Sociedade Brasileira de Direito Aeroespacial (SBDA), da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB) e da Academia Brasileira de Defesa (ABD). É coautor da obra “Das Novas Guerras (Fenomenologia dos Conflitos Armados)” – (BIBLIEx, 2019). Site: <https://reisfriede.wordpress.com/>. E-mail: reisfriede@hotmail.com.

Freedman (2021) pontua que a maior parte do arcabouço conceitual relativo ao tema deterrence foi levada a cabo no decorrer dos anos 1950 e 1960, no âmbito da Primeira Guerra Fria. Naqueles tempos, com a era termonuclear já em curso, supunha-se que a existência de arsenais equivalentes e mortais de vários megatons levariam a um ‘equilíbrio de terror’, que conduziria a uma paz desconfortável, mas potencialmente durável. Mas havia uma dúvida: e se tal equilíbrio não fosse assim tão estável?

Freedman (2021) explica que, durante os anos 1950, estudiosos da RAND Corporation revelaram que um primeiro ataque bem projetado dirigido contra as armas nucleares do oponente poderia negar-lhe a chance de retaliar. Com efeito, para evitar que isso ocorresse, era preciso desenvolver uma segunda capacidade de ataque, ou seja, a capacidade de absorver um primeiro ataque e de ainda assim retaliar, necessidade que efetivamente deflagrou uma corrida armamentista tecnológica, tanto por razões defensivas quanto ofensivas.

(...) foi durante a Guerra Fria que a dissuasão adquiriu uma estrutura conceitual convincente. (...) Os antecedentes do pensamento da Guerra Fria podem ser encontrados em debates sobre como lidar com a perspectiva de ataques aéreos em massa durante a década de 1930. Mas foram as armas nucleares que fizeram a diferença, especialmente depois que a União Soviética testou um dispositivo atômico em agosto de 1949 e quando ambas as superpotências passaram a usar armas termonucleares “destruidoras de cidades”. Depois desse ponto, mesmo quando planejadores militares e pensadores civis tentaram pensar em maneiras inteligentes de empregar armas nucleares para vencer guerras, a prudência continuou puxando os formuladores de políticas de volta à dissuasão (Freedman, 2021, p. 3).

Ao abordar a noção de *escalada*, Freedman (2021) a define como um “conceito trágico”, uma vez que tal expressão sugeriria que qualquer combate sério entre as superpotências, ainda que limitado em seus primórdios, logo chegaria ao topo e redundaria em guerra total.

Já nos anos 1960, Freedman (2021) explica que a escalada, até então vista como um caminho rápido para

a tragédia, passou a ser retratada em tons mais positivos. Esclarece detalhes adicionais ao apontar que a concepção de “escada de escalada” foi empregada para demonstrar que um conflito bélico poderia expandir-se em etapas, de modo que, pelo menos nos momentos incipientes, haveria a possibilidade de controlar o processo.

Nessa perspectiva, o objetivo central era firmar domínio suficiente em um degrau da escada para colocar sobre o adversário o ônus de correr o risco de passar para o próximo degrau, com a violência se tornando mais destrutiva e menos controlável (dissuasão intra-guerra). O problema é que, em algum momento, o domínio da escalada se tornaria impossível e não haveria mais uma maneira de limitar o uso nuclear (Freedman, 2021).

O medo da escalada e a incerteza sobre a estabilidade do equilíbrio combinaram-se para gerar ansiedades de que a guerra pudesse acontecer e, portanto, a dissuasão poderia falhar, não por escolha deliberada, mas por erro de cálculo ou mesmo mau funcionamento do sistema. Uma ordem desonesta de ataque ou um sistema de alerta precoce defeituoso pode desencadear eventos terríveis. Tais temores encorajaram a ideia de que as superpotências deveriam encontrar maneiras de cooperar para reduzir o risco de escalada inadvertida. O controle de armas era uma forma de concordar sobre como estruturar as forças nucleares para trazer estabilidade ao equilíbrio. Dessa forma, a noção de Destruição Mutuamente Garantida [*Mutual Assured Destruction*, MAD] foi acolhida e consolidada em acordos de controle de armas, descrevendo uma situação em que as trocas nucleares seriam inevitavelmente catastróficas para todos os beligerantes. As superpotências tiveram que aceitar que não tinham caminho para a vitória em uma guerra nuclear (Freedman, 2021, p. 3, tradução nossa).

Schelling (1961), focando o famoso evento crítico ocorrido na cidade alemã, apontou que, se a crise de Berlim levar a uma ação militar, as armas nucleares não devem ser usadas desde o início. Além disso, ele destacou o caráter dissuasivo do armamento nuclear, assinalando que o papel das armas nucleares na Europa não deve ser vencer uma grande campanha nuclear, mas, sim, representar um nível mais alto de

risco para o inimigo, que, no caso em questão, era a ex-URSS. Afirmou que o relevante em uma guerra nuclear limitada é impressionar a liderança soviética com o risco de uma guerra total. Registrou que o propósito do armamento nuclear é convencer os soviéticos de que o risco de uma guerra total é grande o suficiente para superar seus objetivos táticos originais, mas não tão grande a ponto de tornar-se prudente iniciá-la preventivamente (Schelling, 1961).

Em 2006, 10 anos antes de falecer, Thomas Schelling publicou o artigo *Nuclear Deterrence for the Future*, no qual ele consignou que o episódio mais expressivo das últimas seis décadas foi aquele que justamente não aconteceu: o uso de uma arma nuclear em conflito.

Posteriormente, em tom duvidoso, Schelling (2006) afirmou que uma das questões mais importantes dos próximos 60 anos é se podemos repetir essa façanha. Naquela ocasião, ele se reportou a um texto publicado em 1960 na primeira página do *The New York Times*, por meio do qual o físico nuclear e romancista britânico Charles Percy Snow – que por vários anos exerceu altos cargos públicos no governo do Reino Unido – conjecturava que, a menos que as potências nucleares [se] desarmassem drasticamente, a guerra termonuclear dentro da década [de 1960] era uma certeza matemática.

Schelling (2006), por sua vez, questionava a certeza profética de Snow, indagando como conseguimos passar por essas seis décadas sem lançar mão de armas atômicas, se foi apenas boa sorte ou será que nunca houve qualquer oportunidade, ou teve ações e políticas que contribuíram para essa conquista?

Respondendo à própria pergunta, Schelling (2006) assevera que o Conflito Coreano (1950-1953) significou a primeira vez [após a Segunda Guerra Mundial] em que parecia que armas nucleares poderiam ser usadas, notadamente quando as tropas norte-americanas e sul-coreanas se retiraram para a cidade de Pusan, no extremo sul da Coreia. Para tanto, rememorou o posicionamento favorável de Eisenhower (1953-1961) em empregar armas nucleares, mas que Kennedy (1961-1963) e Johnson (1963-1969) teriam uma forte aversão à ideia de usar armas nucleares.

Schelling (2006) ainda relata alguns eventos bélicos em que, na sua visão, teria havido oportunidade de usar armas nucleares: a Guerra do Vietnã; a Guerra do Yom Kippur (1973), quando Golda Meir, primeira-ministra de Israel, não permitiu que elas fossem usadas contra as forças egípcias, mesmo sabendo que dois exércitos egípcios inteiros estavam no lado israelense do Canal de Suez e não havia civis nas proximidades; a Guerra das Malvinas (1982), quando Margaret Thatcher também decidiu que elas não eram uma opção; e a Guerra do Afeganistão (1979-1989), quando os soviéticos lutaram e perderam uma guerra degradante e desmoralizante, sem fazer uso delas.

Para Schelling (2006), a justificativa para o não emprego desse armamento foi a mesma em todos esses casos. Na visão dele, os anos cheios de perigos em que as armas nucleares não foram usadas tornaram-se, na verdade, um ativo da diplomacia global, que deveria ser valorizado, preservado e mantido.

Deterência estratégica e Segunda Guerra Fria

Com o alvorecer do século XXI, o conceito de dissuasão passou por novas roupagens. Para Bunn (2007), a dissuasão, como marca registrada da segurança da era da Guerra Fria, precisava ser adaptada para se adequar ao ambiente de segurança mais volátil do século XXI.

Schelling (2006), por seu turno, fez a pergunta que não quer calar, e que certamente intrigou muitos estudiosos do assunto, particularmente em um cenário de Segunda Guerra Fria:

Como fazer para que as novas potências nucleares [referindo-se à Índia, ao Paquistão e à Coreia do Norte, mas também ao Irã, caso este venha a obter a arma atômica, o que nos parece bastante plausível] também assumam uma espécie de ‘compromisso’ de evitar o uso desse armamento?

A resposta que Schelling se baseia na *deterência*, justamente o fator que, a seu ver, teria evitado uma

guerra nuclear até o momento. Em relação à Índia e ao Paquistão – integrantes do “clube atômico” desde 1974 e 1998, respectivamente –, ele argumenta que ambos aprenderam ao observar os líderes da Guerra Fria renunciarem ao uso dessas armas, porque temiam aonde isso poderia levar. Schelling (2006) acredita que os indianos e os paquistaneses conseguiram extrair alguns ensinamentos daquela fase, motivo pelo qual não geram grandes preocupações [em termos de uso recíproco de armas nucleares] em um impasse Índia-Paquistão, certamente se referindo à conturbada relação entre Nova Délhi e Islamabad.

Em se tratando do Irã, no entanto, a questão é mais sensível e demanda uma reflexão mais acurada. Para Schelling (2006), é interessante deixar claro para os iranianos que, se eles adquirirem capacidade nuclear – o que, repetimos, é bem provável que aconteça –, deve ser de seu interesse nacional usar essas armas apenas como meio de impedir uma invasão ou um ataque.

A questão, entretanto, é se o governo iraniano está mesmo disposto a aprender tal lição. Schelling (2006) revisita uma frase dita e redita pelo então presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, de que o Irã ainda pretendia varrer Israel da face da terra. Não obstante o viés ameaçador utilizado por Ahmadinejad, ele aposta que, se os iranianos pensarem sobre isso, não tentarão fazê-lo com armas nucleares.

Schelling (2006) argumenta que os israelenses tiveram quase cinco décadas para estudar onde custodiar seus armamentos nucleares para que pudessem desferir um contra-ataque, se sua existência fosse ameaçada pelo Irã ou por qualquer outro país, advertindo que o governo de Islamabad deveria estar ciente de que o uso de armas nucleares contra Israel ou qualquer outra potência nuclear é um convite ao suicídio nacional.

Temendo – como tantos outros temem – que eventuais artefatos atômicos iranianos possam vir a cair em mãos terroristas, Schelling (2006) destaca que o Irã nuclear precisaria agir rapidamente em questões de segurança, custódia e capacidade tecnológica para desarmar as armas se perder o controle delas.

Para Schelling (2006), o mais importante é que o Committee on International Security and Arms Control (CISAC), da National Academy of Sciences (NAS),

procure educar os líderes dos EUA e a qualquer um que esteja em posição de influenciar a decisão de usar uma arma nuclear, em um cenário em que diversos países detêm bombas nucleares em seus arsenais. Em suma, ele destaca que o CISAC terá uma difícil missão em monitorar os arsenais nucleares do Irã, e ainda mais da Coreia do Norte”, componente do “clube atômico” desde 2006.

Com efeito, ele vislumbra que a deterrence, nas próximas seis décadas, será tão importante quanto foi nos seis decênios passados. Mas com uma diferença: os norte-americanos serão dissuadidos, em vez de apenas dissuadir outros. Apesar de eles gostarem de pensar que estão sempre no banco do motorista, na realidade foram dissuadidos pelo poder soviético de considerar o uso de armas nucleares em vários casos.

Schelling (2006) cita, como exemplos, dois episódios da Primeira Guerra Fria: em 1956, na Revolução Húngara, movimento popular que se lançou contra as políticas impostas pelos governos da Hungria e da ex-URSS; e em 1968, quando a Tchecoslováquia foi invadida pela ex-URSS e por outros países integrantes do Pacto de Varsóvia a fim de sufocar a denominada Primavera de Praga. Para ele, Washington não considerou seriamente socorrer a Hungria e a Tchecoslováquia, pois fora dissuadido pela ameaça de um conflito nuclear com Moscou. De qualquer maneira, espera-se que os EUA continuem a ter sucesso em dissuadir outros de usar armas nucleares e que outros consigam dissuadir os Estados Unidos.

Em tempos de conflito russo-ucraniano, a esperança de Schelling – no sentido de que Washington continue a ter êxito em dissuadir outros de usar armas nucleares – tem-se mostrado pertinente. Em um discurso feito em 21 de setembro de 2022, Putin, ainda que de modo velado, fez nova ameaça nuclear contra o Ocidente, lembrando àqueles que a Rússia também dispõe de vários meios de destruição e que, em alguns casos, eles são mais modernos do que os dos países da OTAN. O mandatário russo destacou ainda que, se a integridade territorial russa for ameaçada,

utilizaremos todos os meios disponíveis para proteger a Rússia e o nosso povo. [...]. Isso não é um blefe. E

aqueles que tentam nos chantagear com armas nucleares devem saber que a direção dos ventos pode mudar e apontar para eles (Witting; Noll, 2022).

A resposta dos Estados Unidos veio logo em seguida, mais precisamente em 25 de setembro de 2022, quando o Conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, Jake Sullivan, advertiu Moscou sobre as consequências catastróficas que a Rússia enfrentaria, caso venha a fazer qualquer uso de armas nucleares contra a Ucrânia.

Falecido em 30 de agosto de 2022, Mikhail Gorbachev, o último dos líderes soviéticos, viveu para ver o revisionismo russo conduzido por Putin. Em artigo publicado em 2011 no jornal *O Estado de S. Paulo*, Mikhail Gorbachev profetizara que os anos vindouros poderiam ser determinantes para ver se o sonho de 25 anos atrás de livrar o mundo desse tipo de armamento se tornará realidade algum dia (Gorbachev, 2011). Nessa época, Putin já detinha o poder em Moscou desde muito tempo e já havia demonstrado sua ânsia por elevar a Rússia ao patamar em que ele acreditava que ela deveria estar. E muito provavelmente Gorbachev chegou à conclusão de que certas medidas tomadas por Putin contribuiriam para que seu sonho desmoronasse.

Gorbachev referiu-se ao ano de 1986, quando ele e Reagan se reuniram em Reykjavik, na Islândia, nos dias 11 e 12 de outubro, que havia uma expectativa de que o pacto firmado entre os dois mandatários conseguisse reduzir ou até eliminar, até o ano 2000, os temíveis arsenais nucleares mantidos pelos EUA e pela ex-URSS. Gorbachev (2011) lembrou, contudo, que, embora as tratativas de 1986 não tivessem prosperado de imediato, o entendimento sedimentado naquela época possibilitou que dois acordos históricos sobre a questão nuclear fossem edificados em momentos seguintes: o Tratado das Forças Nucleares de Alcance Intermediário (*Intermediate-Range Nuclear Forces Treaty* – INF, 1987) e o primeiro Tratado de Redução do Armamento Estratégico (*Strategic Arms Reduction Treaty* – START I, 1991).

E mesmo sem saber se seu sonho de livrar o mundo das armas nucleares se tornará realidade um dia, o ex-homem forte do Kremlin asseverou que muitos

consideram o desarmamento nuclear como algo irreal e, na pior [das hipóteses], como um arriscado sonho utópico. Os que pensam assim, ele acrescentou, “apontam para a ‘longa paz’ da Guerra Fria como prova de que a dissuasão nuclear seria o único meio de evitar uma guerra de grandes proporções”, argumento com o qual Gorbachev demonstrou não concordar.

Como alguém que já deteve o poder de comandar armas como essas, devo discordar veementemente disso. A dissuasão nuclear sempre foi um recurso difícil e frágil para garantir a paz. Ao fracassar em propor um plano convincente para o desarmamento nuclear, EUA, Rússia e as demais potências nucleares estão promovendo, por meio da inação, um futuro no qual as armas nucleares serão inevitavelmente usadas. Essa catástrofe precisa ser evitada (Gorbachev, 2011, p. A20).

O trecho “essa catástrofe precisa ser evitada” revela bem o pessimismo gorbacheviano acerca das armas nucleares, algo que não acontece com Kenneth Neal Waltz, saudoso professor da Columbia University, que discorda de Gorbachev e demonstra toda sua predileção pela *Realpolitik*. Para Waltz (2010), com o alvorecer da era nuclear, a paz prevaleceu entre aqueles que têm as armas ou gozam de sua proteção. Aqueles que gostam da paz devem amar as armas nucleares. São as únicas armas já inventadas que funcionam decisivamente contra seu próprio uso.

Apontado como um dos expoentes da Teoria Neorrealista das Relações Internacionais, Waltz (2010) avalia que, com armas convencionais, os países se preocupam em ganhar ou perder, mas, com armas nucleares, os países se preocupam em sobreviver ou serem aniquilados. Na visão dele, os países com capacidades nucleares não travam guerras uns contra os outros, sendo uma lição que [já] deveríamos ter aprendido.

[...] desde o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados com armas nucleares nunca lutaram entre si. Testar proposições contra eventos históricos tornou-se um esporte *indoor* favorito dos cientistas sociais. Essa é a única proposição que passou em todos os testes. Pode-se pensar que a melhor, na verdade a única arma

de manutenção da paz que o mundo já conheceu [a arma nuclear], ganharia muitos fãs. Não parece ter feito isso (Waltz, 2010).

Freedman (2021) é outro que reconhece que, no mundo pós-1945, em pontos cruciais, as armas nucleares atuaram como uma fonte vital de contenção. Para Hooft (2021), analista estratégico da Hague Centre for Strategic Studies, na Holanda, as armas nucleares são inerentemente paradoxais, pois são destrutivas demais como armas para serem consideradas úteis na guerra, pelo menos uma guerra entre dois Estados armados nucleares.

Lucio Caracciolo, diretor de publicação da *Limes*, revista italiana de geopolítica, também entende que algum nível de armas nucleares mutuamente verificado constitui um fator de dissuasão. Em uma entrevista, ao ser perguntado pelo jornalista e escritor italiano Andrea Tornielli se a corrida armamentista da época da Primeira Guerra Fria teria recommençado – fenômeno que o papa Francisco rotulou como “loucura” –, Caracciolo respondeu que, embora possa parecer um paradoxo, na verdade é fato que um certo grau de armamento reciprocamente reconhecido é considerado um fator de dissuasão, ou seja, um sistema para a manutenção da paz ou pelo menos de ‘não guerra’ (Tornielli, 2022).

Nessa entrevista, Lucio Caracciolo prossegue dizendo que, em um mundo ideal, o apelo do papa contra o rearmamento representa a meta. No entanto, como vivemos em um mundo bastante imperfeito, que tende a se tornar assim cada vez mais, ele se contentaria com uma ‘não guerra’. E, hoje, essa ‘não guerra’, dada a falta de confiança recíproca [notadamente entre os EUA e a União Europeia de um lado, e a Rússia e a China, de outro] e a falta de comunicação [entre eles], só pode ser baseada em alguma forma de dissuasão (Tornielli, 2022).

Lucio Caracciolo ainda destacou que está surgindo uma nova ideia do uso da bomba atômica por meio das chamadas *bombas atômicas táticas*, e que, caso essa ideia prospere nas forças armadas das principais potências militares mundiais, a sociedade pode estar diante de um massacre total. Não obstante, foi exatamente essa

mesma argumentação que impediu o emprego de armas nucleares táticas – e de pequeno poder destrutivo – em várias guerras ocorridas nos anos 1960 e 1970. Como se vê, cogitar a possibilidade de utilização de armas nucleares táticas não é algo novo.

A respeito da afirmação de Caracciolo, Rublee (2020) lança, ao mesmo tempo, uma discussão e um prognóstico, destacando que, se a dissuasão nuclear realmente funcionou durante a Guerra Fria, é uma questão para debate e que os analistas ainda discutem se a falta de uma grande guerra entre as superpotências deveu-se à dissuasão ou a outros fatores. No entanto, mesmo que a dissuasão tenha funcionado no passado, é improvável que o faça no futuro (Rublee, 2020). Na visão dela, o mundo mudou dramaticamente desde a era da Guerra Fria, e que uma confluência de mudanças nos cenários tecnológico, doméstico e estratégico desestabilizou a dissuasão nuclear e seria perigoso manter uma dependência contínua e inquestionável dela.

David Barash, professor emérito de psicologia na Washington University, autor do livro *The Arms Race and Nuclear War*, discorda frontalmente de Caracciolo. Barash (2018), de modo bastante incrédulo, sustenta que a dissuasão nuclear é uma ideia que se tornou uma ideologia potencialmente letal, que continua influente apesar de ter sido cada vez mais desacreditada. Ressalta que ela se tornou não apenas uma suposta estratégia, mas o fundamento sobre o qual os próprios governos justificam as armas nucleares.

Barash (2018) vai além e frisa que os adeptos da dissuasão nuclear teimam em dizer que devemos agradecer-lhe pelo fato de que uma Terceira Guerra Mundial foi evitada. Relata, inclusive, que alguns defensores até sustentam que a dissuasão preparou o terreno para a queda da ex-URSS e a derrota do comunismo. Entretanto a ex-URSS e os EUA não se envolveram diretamente em um confronto militar por vários motivos, sobretudo porque nenhum dos lados queria ir à guerra. Dessa forma, apontar as armas nucleares como a razão pela qual a Guerra Fria nunca se tornou quente é como dizer que um carro de ferro-velho, sem motor ou rodas, nunca saiu do estacionamento apenas porque ninguém virou a chave. Sob o prisma lógico, não há como demonstrar que as armas nucleares mantiveram a paz durante a Guerra Fria, ou que o fazem agora (Barash, 2018).

Talvez a paz tenha prevalecido entre as duas superpotências [EUA e URSS] simplesmente porque elas não tiveram nenhuma briga que justificasse travar uma guerra terrivelmente destrutiva, mesmo que convencional [...]. Não devemos parabenizar nossos líderes, nem a teoria da dissuasão, muito menos as armas nucleares, por manter a paz (Barash, 2018).

Gorbachev tinha razão em dizer que muitos consideraram o desarmamento nuclear como um “arriscado sonho utópico”. Uma das provas mais contundentes disso é que as potências nucleares se recusaram a ratificar o Tratado da ONU sobre a Proibição de Armas Nucleares (TPAN), de 22 de janeiro de 2021. Os países que compõem a Aliança Atlântica, o Japão e a Coreia do Sul também não o ratificaram. Isso se mostra ainda mais verdadeiro quando se observa a postura da OTAN, a qual deixa claro que, enquanto existirem armas nucleares, ela permanecerá uma aliança nuclear (Werkäuser, 2021).

Em comunicado feito em 7 de julho de 2017 pelos representantes dos Estados Unidos, pelo Reino Unido e pela França junto às Nações Unidas, tais representantes deixaram claro que seus países não participam da negociação do tratado sobre a proibição de armas nucleares, demonstrando claramente o destaque que essas três potências nucleares atribuem à deterrence nuclear, evidenciando quão utópico o desarmamento nuclear parece ser.

Nota-se que, pelo menos no estágio atual, a materialização do sonho de Gorbachev – no sentido de tornar o planeta livre de armas nucleares – parece realmente muito distante, se é que um dia se concretizará. E o interessante é que os Estados Unidos e a Rússia, justamente aqueles países que um dia acalentaram o sonho do mandatário da ex-URSS, nem pensam em se desarmar. Muito pelo contrário, o que se vê é uma espécie de nova corrida armamentista, agora com mais um competidor vigoroso, a China.

Indo ao encontro do que Gorbachev escreveu sobre aquela época em que Washington e Moscou se sentaram à mesa de negociações, a diretora de Política Nuclear da OTAN, Jessica Cox, recorda que o INF – considerado por muitos a pedra angular da segurança europeia, bem como um sinal de que a Primei-

ra Guerra Fria estava chegando ao fim –, o START I e o *Strategic Offensive Reduction Treaty* (SORT, 2002) até proporcionaram um ritmo constante na redução de armas nucleares estratégicas dos Estados Unidos e da Rússia (Cox, 2020).

Cox (2020) explica que, em 27 de setembro de 1991, o então presidente norte-americano George H. W. Bush delineou algumas mudanças na postura da força nuclear estadunidense e conclamou as lideranças do Kremlin a pagarem na mesma moeda. Ela destaca que Gorbachev comprou a ideia e anunciou que Moscou adotaria providências análogas a fim de reduzir, desmantelar e destruir grande parte de suas forças nucleares não estratégicas.

Com efeito, as iniciativas levadas a cabo por ambos os países consistiram na maior transformação operada em matéria de postura nuclear no continente europeu, conduzindo a uma contundente redução do número de armas nucleares e um alívio das tensões militares. Os ganhos obtidos em meados da década de 1990, no entanto, não se traduziram em progresso sustentado e verificável no desmantelamento de estoques de armas nucleares não estratégicas.

Cox (2020) relata que, a despeito de Washington, ao longo do tempo, ter reduzido unilateralmente suas forças nucleares não estratégicas, discute-se se Moscou efetivamente pagou na mesma moeda, ou seja, se a Rússia cumpriu ou não com os seus compromissos integralmente. Como parte do aprimoramento de seu poderio bélico-nuclear, a Rússia, sob o comando de Putin, conseguiu modernizar algo em torno de 80% de suas forças nucleares estratégicas desde o início dos anos 2000, ao passo que os Estados Unidos estão modernizando seu arsenal nuclear apenas agora.

Entre tantas outras ações que comprovam que a Rússia não pagou na mesma moeda, cabe citar, por exemplo, o desenvolvimento e a implantação, pela Rússia, do SSC-8/9M72, um míssil de cruzeiro lançado do solo (*Ground Launched Cruise Missile*, GLCM). Para os Estados Unidos e os aliados da OTAN, esse sistema de mísseis, além de configurar uma violação ao acordo firmado em 1987 por Reagan e Gorbachev, representa um enorme perigo para a segurança coletiva da Europa (OTAN, 2019a).

Em 23 de janeiro de 2019, os russos divulgaram as especificações do SSC-8/9M729 e insistiram que elas estariam em conformidade com os limites fixados pelo INF. O tenente-general russo Mikhail Matveevsky, chefe das Forças de Artilharia e Mísseis, disse, em uma reunião com adidos militares estrangeiros, que o novo míssil teria um alcance máximo de 480km, enquanto o tratado proíbe apenas mísseis que possuem alcance entre 500 e 5.500km. Em 13 de fevereiro de 2019, os ministros da Defesa aliados se reuniram na sede da OTAN para discutir as consequências da violação do tratado por parte da Rússia. Naquela ocasião, o secretário-geral da OTAN, Jens Stoltenberg ressaltou que Moscou ainda tinha uma janela de oportunidade – um prazo de seis meses – para voltar a cumprir o acordo de 1987 (OTAN, 2019b).

Apesar dos apelos feitos pelos países aliados para que a Rússia retornasse ao cumprimento verificável e total do tratado, ela simplesmente os ignorou e continuou a desenvolver e implantar sistemas que o violavam, o que levou ao fim do acordo em 2 de agosto de 2019 (OTAN, 2019a).

Jacek Durkalec, pesquisador do Center for Global Security Research, do Lawrence Livermore National Laboratory, recorda que a Rússia, de início, escolheu por descumprir secretamente o acordo com a esperança de não ser detectada, comportamento este que Moscou já havia adotado em outras ocasiões (Durkalec, 2019).

Posteriormente, o Kremlin simplesmente negou a existência do míssil [SSC-8/9M729] e, quando não era mais possível fazer isso, ofuscou suas reais capacidades, consistente com a cartilha russa de desinformação de negar, desviar e distrair. Durkalec (2019) constata que o sepultamento do INF expressa o agravamento radical da segurança europeia e global, não havendo como dissociar tal fato das ações agressivas da Rússia, de sua ambiciosa modernização militar e de seus esforços para minar a ordem de segurança europeia pós-Guerra Fria, conforme demonstrado a seguir:

(...) A dissuasão nuclear credível continuará a ser a chave para deter o uso limitado de armas nucleares ou chantagem nuclear pela Rússia [...]. A principal

tarefa da Aliança é manter a eficácia das forças nucleares que já têm à sua disposição, em particular a opção de entregar armas nucleares dos EUA por aeronaves de dupla capacidade da OTAN. Uma capacidade de missão nuclear coletiva eficaz envia uma mensagem a qualquer adversário potencial de que a coerção nuclear contra um aliado encontrará uma resposta de todos eles. A credibilidade da dissuasão nuclear da OTAN também continuará a depender da percepção da Rússia de que mesmo um uso limitado de armas nucleares contra qualquer aliado da OTAN pode levar à retaliação das forças nucleares estratégicas dos Estados Unidos, do Reino Unido e da França (Durkalec, 2019, n.p., tradução nossa).

Durkalec (2019) ainda considera que o colapso do INF retrata o sepultamento do interesse russo em acordos de controle de armas que se baseiam no reconhecimento de interesses comuns voltados para a redução dos riscos militares e para a construção da confiança mútua. Dessa forma, entende-se que a OTAN precisará aprender a buscar o controle de armas com uma Rússia que não está interessada em manter a arquitetura de segurança europeia pós-Guerra Fria e que cria instabilidade e imprevisibilidade para minar isso, e cujos objetivos atuais de controle de armas são incompatíveis com os interesses da OTAN.

De fato, apesar de a quantidade de artefatos nucleares existentes em 2022 ser menor do que o número que havia no auge da Primeira Guerra Fria, a nova era nuclear é construída sobre alicerces mais precários e instáveis. Diversos fatores que possibilitaram que a deterrence fosse exitosa durante aquele período histórico (1947-1991) – e que Reagan e Gorbachev souberam preservar – foram eliminados ou pelo menos debilitados ao longo do tempo. Um deles é a aceitação geral da estabilidade estratégica, o que para Putin parece não ter qualquer importância, notadamente por inexistir uma liderança estadunidense forte.

Tanto a China quanto a Rússia estão insatisfeitas com o que consideram uma ordem internacional com base em normas criadas para o Ocidente e por este dominada. Há fronteiras em disputa com bombas nucleares de ambos os lados entre a Índia e a China e o Paquistão.

O tipo de protocolos que os EUA e a ex-URSS criaram na época da Guerra Fria para se garantir reciprocamente está muito menos em evidência hoje. A China está particularmente cautelosa com o tamanho, o *status* e as capacidades de suas forças nucleares, e nada transparente a respeito da abordagem da doutrina que poderia determinar seu uso (*O Estado de S. Paulo*, 2015, n.p.).

A Rússia, ao violar um dos principais acordos que delinearam a moldura de segurança euro-atlântica do período pós-Guerra Fria, tem contribuído fortemente para tornar o sonho de Gorbachev cada vez mais utópico. Oswald (2022) aponta que Gorbachev havia expressado seu descontentamento quanto à proliferação nuclear num artigo publicado em fevereiro de 2019, no jornal russo *Vedomosti*, destacando que tudo o que foi alcançado nos anos depois que pusemos fim à Guerra Fria corre grande perigo nos dias atuais.

Sem desprezar a importância do fator Rússia, particularmente no que se refere às suas investidas no âmbito do continente europeu, o cada vez mais intenso confronto entre os Estados Unidos e a China, agora em um contexto de Segunda Guerra Fria, certamente será o maior desafio das próximas décadas. Desafio que, ao que parece, Washington já enxergou.

Rush Doshi, diretor da Iniciativa de Estratégia Chinesa da Brookings Institution, registra que o governo Donald Trump impôs sanções em resposta às punitivas políticas chinesas para Hong Kong e para a província de Xinjiang, restringindo, assim, o acesso chinês a tecnologias americanas (Doshi, 2020). Além disso, os Estados Unidos passaram a considerar as reivindicações territoriais de Pequim no mar do Sul da China ‘ilegais’, abrindo caminho para um confronto mais acentuado entre os dois países.

O democrata Joe Biden, sucessor do republicano Donald Trump, em menos de um mês à frente da Casa Branca, já externava sua preocupação com o avanço meteórico da China e destacava que, se os norte-americanos não fizerem nada, os chineses ultrapassarão os norte-americanos. Como se observa, os Estados Unidos sabem que precisam agir e, em 28 de abril de 2021, Biden, ao discursar perante o Congresso, defendeu

uma ampla reformulação da economia norte-americana, com a aprovação de planos trilionários, justificando ser necessária uma expansão do papel do Estado para fazer frente à ascensão internacional de Pequim (Duchiade, 2021).

Não pelo acaso, em junho de 2021, o Senado norte-americano aprovou um projeto de lei (Lei de Inovação e Competição), cuja principal finalidade era garantir recursos para aumentar a competitividade industrial do país e, assim, tentar deter o crescimento econômico chinês. A ideia era investir cerca de duas centenas e meia de bilhões de dólares em ciência, tecnologia, inovação, pesquisa e segurança cibernética, tornando os EUA independentes de fornecedores externos.

Considerado o mais expressivo pacote de política industrial da história do país, a aprovação desse marco legal pela Câmara Alta estadunidense chamou a atenção por, pelo menos, quatro detalhes: primeiro, a importância que as lideranças de Washington atribuíram ao fator *China*; segundo, aparentemente, a competição com Pequim adquiriu ares de urgência e passou a ser encarada com a merecida seriedade governamental; terceiro, as desavenças partidárias, ao menos em relação ao aludido instrumento legal, parecem ter sucumbido diante do interesse nacional e não conseguiram impedir que democratas (49 votos) e republicanos (19 votos) aprovassem o texto; quarto, a expressão *Guerra Fria* foi mencionada durante os debates realizados no Senado sobre a matéria (Duchiade, 2021).

Autoridades do Legislativo estadunidense recordaram que o Japão, na década de 1980, também competiu com os EUA em termos de tecnologia. No entanto, diferentemente do que os chineses têm feito neste século, os japoneses eram um competidor industrial e um aliado militar dos norte-americanos, ao passo que a China é um rival geopolítico em ascensão, o que invariavelmente muda o foco do debate.

Ademais, naquela ocasião, ninguém disse que Tóquio se valeria das empresas do país como “ferramenta de vigilância ou uma potencial arma de guerra”, o que, no entanto, é possível – e até mesmo muito provável – que Pequim esteja fazendo. O senador democrata Chris Coons afirmou que, no caso da China, a separação entre a área comercial e a área militar é

inexistente, pois quase todas as grandes empresas chinesas são elementos do poder estatal e estreitamente conectadas ao governo central.

Decerto que o embate envolvendo os Estados Unidos e a China provocará mudanças na geopolítica global. Hussein Kalout, cientista político e pesquisador da Universidade de Harvard, observa que o projeto de lei aprovado pelo Senado norte-americano também estabelece as linhas gerais da estratégia estadunidense para edificar uma nova ordem geopolítica mundial (Kalout, 2021). Ele acredita que a rivalidade com a China passará a reger a inserção e a atuação tática e estratégica dos EUA nas variadas regiões geográficas do mundo e nos diferentes foros internacionais.

Para Kalout (2021), tendo em vista o deslocamento do foco para a região da Ásia-Pacífico, Washington estaria reorientando a ordem de prioridade de suas opções estratégicas. O Oriente Médio, ante essa mudança de norte, perde importância na projeção de poder norte-americano no mundo e os EUA passam a concentrar seu foco e sua energia na China. Isso traz reflexos para as relações entre Washington e Tel Aviv.

Em que pese o apoio militar e econômico que Washington resolveu bancar em apoio à Tel Aviv contra o Hamas na Faixa de Gaza, a partir dos eventos ocorridos em 7 de outubro de 2023, bem como a persuasão naval que conduziu no Mediterrâneo contra o Hezbollah no sul do Líbano e as próprias operações no mar Vermelho contra os houthis no Iêmen, para Kalout (2021), o governo Biden não está disposto a assumir o passivo que o conflito israelo-palestino representa, especialmente por entender que é um contencioso de baixo valor agregado geopolítico, quando comparado à competição travada com a China.

Se, por um lado, os Estados Unidos demonstram que finalmente enxergaram o tamanho do desafio a ser enfrentado, por outro a China parece ter aprendido com a história mundial, em especial com as circunstâncias que causaram a derrota da ex-URSS na Guerra Fria. Demonstrando ter assimilado os contornos da dissuasão, a China tem plena noção do poder que as armas, quando bem empregadas em um ambiente de ameaças veladas, possuem dentro da concepção de deterência estratégica, particularmente em sua versão

atualizada. Prova disso é que ela se mantém em permanente estado de guerra, ainda que dentro das características operativas inerentes às *guerras de quarta geração*. Pequim sabe perfeitamente que não pode incorrer nos erros cometidos pelos soviéticos, e que somente uma política permanente, sutil e silenciosa poderá conduzir a China à dominância global.

Isso engloba, por exemplo, a persistente tentativa de estabelecer bases chinesas disfarçadas em Cuba, o que se convencionou chamar de “Anel de Pérolas Negras”. Pantano (2009) chega a antever uma possível Segunda Crise dos Mísseis de Cuba – que seria, na verdade, a terceira.

Recorrendo à história, a ameaça chinesa aos interesses e à segurança dos Estados Unidos não deixa de ser uma reedição da estratégia adotada por Krushev no famoso e perigoso episódio de 1962, quando ele, inicialmente, condicionou a saída soviética de Cuba à retirada das forças estadunidenses e aliadas mobilizadas em Berlim. Ainda que Krushev não tenha obtido êxito em seu intento, ele conseguiu persuadir os Estados Unidos a um acordo que levou à retirada dos mísseis norte-americanos de alcance intermediário (IRBM) Júpiter da Turquia e, posteriormente, da Itália, e a aceitar a ilha caribenha como zona de influência de Moscou. Em suma, os soviéticos conseguiram extrair alguma coisa dos norte-americanos. Ademais, cabe ressaltar que, na gestão de Brejnev (1964-1982), a ex-URSS construiu instalações navais para submarinos (SSBN) equipados com mísseis balísticos (SLBM), que, em certa medida, driblaram o acordo de proibição de instalação de mísseis balísticos de alcance intermediário baseados em terra (IRBM), gerando, sem muito alarde, aquela que à época foi chamada de Segunda Crise dos Mísseis, em 1970.

Aprendendo com o passado, Xi Jinping tem sinalizado que pretende negociar Taiwan com os Estados Unidos. Uma das possibilidades desse acordo seria, em troca, o reconhecimento chinês de que Cuba constitui área de influência estadunidense. Trata-se de um possível modo de se resolver o problema envolvendo essa nação insular localizada a apenas 180km do continente, sem que, para tanto, os chineses precisem usar a força, como de fato muitos analistas apontam que provavelmente não usarão.

De qualquer forma, uma coisa é certa: a China jamais aceitará a existência de uma Taiwan independente, assim como nunca concordará com o domínio da força naval norte-americana sobre o Pacífico Oriental. Em ambas as situações, Pequim possui uma estratégia muito consistente a ser conduzida com a tradicional “paciência estratégica chinesa”, que lhe permitirá concluir a primeira fase de seu projeto de dominância global: assegurar o completo controle de seu quintal estratégico.

Deterrence estratégica e conceitos estratégicos da OTAN

Durante a Primeira Guerra Fria, a geopolítica mundial foi marcada pela bipolaridade confrontativa travada entre o Ocidente (ou Mundo Livre, liderado pelos Estados Unidos) e o Oriente (liderado pela antiga URSS). A tensão e o confronto estavam na ordem do dia, havendo pouco mais do que o diálogo e a cooperação. O Golpe de Praga (fevereiro de 1948) e o Bloqueio de Berlim pela ex-URSS (24 de junho de 1948 a 12 de maio de 1949) foram alguns episódios que deixaram claro que Stalin não desistiria de seu projeto de dominância global e expansão da ideologia comunista pelo continente europeu e demais partes geográficas do planeta. O Ocidente constatou que era preciso agir para evitar o expansionismo soviético. São dessa época, por exemplo, a Doutrina Truman (1947), o Tratado Internacional de Assistência Recíproca (Tratado do Rio de Janeiro, TIAR, 1947) e o Plano Marshall (1948).

Inaugurada em 4 de abril de 1949, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) foi uma das principais medidas tomadas para impor uma barreira ao plano stalinista, unindo sob um único comando as forças militares dos principais países da Europa Ocidental, juntamente com os efetivos militares dos Estados Unidos e do Canadá.

Freedman (2021) observa que, quando a aliança foi arquitetada, o efeito dissuasor foi o resultado do compromisso dos Estados Unidos com a segurança das democracias da Europa Ocidental. Enquanto continu-

asse assim, a agressão contra a Europa Ocidental seria de alto risco. Se o compromisso fosse retirado, a situação mudaria drasticamente. Os europeus precisariam buscar outros meios para resistir à pressão soviética. Ao mesmo tempo, buscava-se um controle sobre a Alemanha, que mais cedo ou mais tarde ressurgiria – como de fato ressurgiu – como potência europeia.

(...) A OTAN não foi projetada apenas para defender a Europa Ocidental contra a ameaça da invasão soviética, mas também para permitir que a Alemanha Ocidental contribuísse com forças armadas sem perturbar seus vizinhos (...). Por sua vez, ao fornecer segurança, os EUA poderiam desencorajar a busca de armas nucleares pela Alemanha. A presença das forças dos EUA na Alemanha Ocidental serviu, assim, a múltiplos objetivos além de dissuadir as forças convencionais russas, tranquilizou os vizinhos da Alemanha e sinalizou uma suposta disposição dos EUA de perecer em nome de seus aliados (Hooft, 2021, p. 90, tradução nossa).

Demétrio Magnoli, por sua vez, refere-se a um comentário feito à época pelo primeiro secretário-geral da OTAN, o britânico Hastings Ismay, segundo o qual a OTAN teria surgido para ‘deixar a ex-URSS fora, os EUA dentro e a Alemanha por baixo.’ Em outras palavras, a ex-URSS, que acabava de estabelecer sua hegemonia sobre a Europa Oriental, deveria ficar ‘fora’ da Europa Ocidental e, para isso, era preciso conservar os EUA ‘dentro’. A Alemanha Ocidental, que voltava a ter forças armadas, seria mantida ‘por baixo’, com seus soldados subordinados à OTAN [cabe aqui esclarecer que a República Federal da Alemanha (RFA) só ingressou na Aliança em 1955], para não recair na sedução do nacionalismo (Magnoli, 2022).

A OTAN nasceu com a adesão de 12 países, sendo 10 europeus (Bélgica, Dinamarca, França, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Portugal e Reino Unido) e dois da América do Norte (Canadá e Estados Unidos). Não foi possível incluir a Finlândia e a Áustria, pois havia o fundado receio de que a ex-URSS, em represália, invadisse o território finlandês, e de que perpetuasse a presença de suas tropas em

solo austríaco, cuja ocupação somente foi encerrada em 15 de maio de 1955, quando os ministros das Relações Exteriores dos Estados Unidos, do Reino Unido, da França, da União Soviética e da Áustria assinaram, em Viena, o Tratado Estatal, que restaurou a soberania austríaca (Gessat, 2022).

Durante as tratativas desse acordo, Molotov, ministro das Relações Exteriores da ex-URSS, informou ao seu homólogo que desejava evitar o ‘risco de anexação’ da Áustria à OTAN, e que Viena se comprometesse à absoluta neutralidade. O recado de Molotov parece ter dado certo. De fato, até hoje a Áustria não integra a OTAN (Gessat, 2022).

A Grécia e a Turquia vincularam-se à aliança em 1952. A partir de 1953, quando a OTAN já contava com 14 membros, Eisenhower, na condição de presidente dos Estados Unidos, deflagrou um processo de construção de acordos militares por todo o mundo, providência que alguns críticos da época rotularam de “pactomania”. Avaliando que a OTAN não era militarmente sustentável sem o peso da presença da República Federativa Alemã, ele atuou fortemente para incorporá-la ao grupo, o que aconteceu em 9 de maio de 1955.

A pronta resposta de Moscou se deu por meio do Pacto de Varsóvia, criado em 14 maio de 1955, abrangendo oito Estados: República Democrática Alemã, Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia, Bulgária e Albânia, todos sob o jugo da ex-URSS. Em 1968, com a saída da Albânia da órbita de influência moscovita em decorrência da ruptura de Krushev com Mao Tsé-Tung e da invasão soviética à Tchecoslováquia (1968), patrocinada por Brejnev, esse número foi reduzido para sete.

Em 1966, o então presidente da França, o general Charles de Gaulle, insurgindo-se contra o que ele identificava como excesso de poder e de controle norte-americano sobre a OTAN, decidiu retirar a França – que se tornara potência nuclear em 1960 – da estrutura do comando integrado da organização. Também solicitou que todos os quartéis-generais aliados localizados em território francês fossem removidos. Charles de Gaulle não admitia que as armas nucleares de seu país ficassem sob a batuta estadunidense, me-

dida que muitos franceses interpretaram, e ainda interpretam, como um símbolo do não alinhamento da França à política externa dos Estados Unidos (Fernandes, 2009).

A decisão gaullista foi revista em 2009 pelo então presidente da França Nicolas Sarkozy, que à época argumentou que os militares franceses já participam de inúmeras operações da aliança, sendo, portanto, inconcebível que o país não tenha influência sobre o planejamento das missões (*Deutsche Welle*, 2009).

Hervé Morin, que em 2009 ocupava o cargo de ministro francês da Defesa, afirmou que a reintegração da França possibilitaria uma europeização da OTAN, de maneira que, quanto mais responsabilidade os europeus assumissem, mais chances eles teriam de influenciar a orientação da Aliança. Jean-Marc Ayrault, líder da bancada socialista da Assembleia Nacional Francesa, foi um dos que se posicionaram contra a iniciativa tomada por Sarkozy, uma vez que ele entendia que o retorno de Paris ao comando militar integrado da OTAN rompia um consenso político de 43 anos (*Deutsche Welle*, 2009).

Na trajetória percorrida pela OTAN, cabe registrar que Ronald Reagan, em 1982, no contexto de sua política de confrontar a ex-URSS, pressionou para que a Espanha aderisse à OTAN, o que de fato aconteceu, passando a totalizar 16 membros. A pá de cal lançada sobre o pacto militar arquitetado por Moscou veio no final da década de 1980. Com a derrocada do Muro de Berlim, em 8 de novembro de 1989, e a reunificação da Alemanha, em 3 de outubro de 1990, a República Democrática Alemã deixou de existir, enfraquecendo em muito o poderio militar do Pacto de Varsóvia, que, na esteira do colapso soviético, foi extinto em 1º de julho de 1991.

O reagrupamento alemão pode ser considerado o pontapé inicial da reestruturação promovida na OTAN no período pós-Guerra Fria. Em 1999, três ex-integrantes do Pacto de Varsóvia ingressaram na aliança ocidental: Polônia, República Tcheca e Hungria. Em 2004, outros sete países aderiram: Eslováquia, Romênia, Bulgária, Eslovênia, Estônia, Letônia e Lituânia. Em 2009, foi a vez da Croácia e da Albânia – recorde-se que ela fizera parte do Pacto de Varsóvia até 1968. Montenegro e Macedônia do Norte entra-

ram em 2017 e 2020, respectivamente, totalizando 30 membros. Tendo em vista o conflito russo-ucraniano, a Suécia e a Finlândia formularam seus pedidos de adesão em 2022 e ingressaram na aliança, respectivamente, em 2023 e 2024. A Bósnia e Herzegovina também é candidata a ingressar. A Geórgia também pretende aderir. A Ucrânia, que antes de ser atacada pela Rússia sinalizara seu plano de entrar para a aliança, tem a mesma aspiração.

Em 11 de julho de 2023, Jens Stoltenberg, secretário-geral da OTAN, informou que Kiev não vai se juntar ao bloco no momento, mas anunciou um programa de longo prazo para encurtar o caminho e ajudar o país a se enquadrar nas exigências da aliança (*BBC News*, 2023).

Kestutis Paulauskas, diretor sênior de estratégia no *Allied Command Transformation* (ACT), órgão que integra a estrutura da OTAN, rememora que, durante a Primeira Guerra Fria, a aliança ocidental buscava tanto a deterrence por punição (*deterrence by punishment*), quanto a deterrence por negação (*deterrence by denial*). Enquanto a primeira se baseava na noção de danos inaceitáveis – inclusive por meio de retaliação nuclear maciça a qualquer ataque soviético (convencional ou nuclear) –, o propósito da segunda era tornar fisicamente difícil para o agressor atingir seu objetivo, finalidade que os aliados perseguiram por meio do estabelecimento de uma defesa avançada em sua fronteira oriental com a ex-URSS (Paulauskas, 2016).


Além de ter contribuído para evitar uma possível continuação da Segunda Guerra Mundial, a Aliança Atlântica funcionou como um dos pilares da vitória dos norte-americanos sobre os soviéticos durante a Primeira Guerra Fria, período em que ela elaborou quatro conceitos estratégicos distintos (1950, 1952, 1957 e 1967). Após a dissolução da ex-URSS e o fim do conflito frio, outros quatro conceitos estratégicos foram editados, cada um deles condizente com o contexto geopolítico de sua época (1991, 1999, 2006 e 2010). Em 2022, com a relação Estados Unidos-China-Rússia experimentando um de seus piores momentos, novo conceito estratégico foi aprovado, totalizando nove documentos históricos.

Síntese conclusiva

O ambiente internacional sofreu muitas transformações desde o fim da Guerra Fria em 1991. Dos escombros da antiga URSS, sonolenta e totalitária, erigiu-se uma Nova Ordem Internacional, fundamentada na suposta vitória da ideologia capitalista-liberal-democrática norte-americana, que, no entanto, foi gradualmente erodida pelo comunismo atávico, fruto do *revisionismo* russo e do *disruptismo* chinês.

Floresceu, como resultado, um breve período de contestação da liderança unipolar dos EUA (2012-2017), para, em seguida, ser substituído pela Era da Competição Acirrada (a partir de 2017), notadamente com a China, em um contexto de uma Segunda Guerra Fria.

Nesse palco, a deterrence estratégica não somente sobreviveu, como também se firmou com ainda mais ênfase, adquirindo novos contornos e interpretações, tornando-se uma doutrina obrigatória em todas as academias militares do mundo.

Mais do que nunca, a perseguição de uma coexistência pacífica tornou-se uma tarefa fundamental e um desafio muito mais complexo, conforme muito bem descrito na Estratégia de Segurança Nacional (*National Security Strategy*, NSS) norte-americana de 2022, cujo objetivo central é evitar a escalada da competição para o conflito, com considerações sobre o gerenciamento da escala e os mecanismos que o possibilitam (EUA, 2022). 

Referências

ÁVILA, Fabrício Schiavo; MARTINS, José Miguel; CEPIK, Marco. **Armas estratégicas e poder no sistema internacional**: o advento das armas de energia direta e seu impacto potencial sobre a guerra e a distribuição multipolar de capacidades. Contexto Internacional, Vol. 31, nº 1, p. 49-83, 2009.

BARASH, David. **Nuclear Deterrence is a Myth**. And a Lethal one at That. The Guardian, 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2018/jan/14/nuclear-deterrence-myth-lethal-david-barash>. Acesso em: 20 nov 2024.

BBC NEWS. **Ucrânia na Otan?** O plano anunciado para facilitar entrada do país na aliança. BBC News, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cgxe85kkwy5o>. Acesso em: 14 jul 2023.

BUNN, M. Elaine. **Can deterrence be tailored?** Strategic Forum, nº 225, p. 1-8, 2007.

COX, Jessica. **Nuclear deterrence today**. NATO Review, 8 jun 2020. Disponível em: <https://www.nato.int/docu/review/articles/2020/06/08/nuclear-deterrence-today/index.html>. Acesso em: 21 jul 2021.

DEUTSCHE WELLE. **43 anos depois**, Deutsche Welle, 2009. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/pol%C3%A4mica-interna-marca-retorno-da-fran%C3%A7a-ao-comando-integrado-da-otan/a-4106817>. Acesso em: 7 abr 2022.

DOSHI, Rush. **China e EUA no pior momento**. O Globo, 2020.

DUCHIADE, André. **Biden quer levar EUA a ‘conquistarem século XXI’**. O Globo, 2021.

DURKALEC, Jacek. **European security without the INF Treaty**. OTAN, 2019. Disponível em: <https://www.nato.int/docu/review/articles/2019/09/30/european-security-without-the-inf-treaty/index.html>. Acesso em: 29 jun 2021.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. The White House. **National Security Strategy – 2022**. Washington: The White House, 2022.

FERNANDES, Daniela. **Sarkozy anuncia volta da França ao comando militar da Otan**. BBC Brasil, 2009. Disponível em: https://www.google.com/search?q=NICOLAS+SARKOZY&rlz=1C1GGRV_enBR751BR751&oq=NICOLAS+SARKOZY&aqs=chrome.69i57j0i512j46i13li433i512j0i512l6.367j0j15&sourceid=chrome&ie=UTF-8. Acesso em: 2 maio 2021.

FREEDMAN, Lawrence. **The evolution of deterrence strategy and research**, In: OSINGA, Frans; SWEIJS, Tim. NL Arms Netherlands Annual Review of Military Studies 2020: Deterrence in the 21st Century – Insights from Theory and Practice, Cap. 1, p. 1-9, 2021. Heidelberg: Springer, 2021.

GESSAT, Rachel. **1955: Áustria recuperava a soberania após a 2ª Guerra**. Deutsche Welle, 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/1955-%C3%A4ustria-recuperava-soberania-ap%C3%B3s-a-2%C2%AA-guerra/a-324952>. Acesso em: 2 ago 2022.

GORBACHEV, Mikhail. **Um adeus às armas nucleares**. O Estado de S. Paulo 2011, Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/359178/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 nov 2024.

HOOFT, Paul Van. **The US and extended deterrence**. In: OSINGA, Frans; SWEIJS, Tim. NL Arms Netherlands Annual Review of Military Studies 2020: Deterrence in the 21st Century - Insights from Theory and Practice, Cap. 6, p. 88-107, 2021. Heidelberg: Springer, 2021.

KALOUT, Hussein. **EUA mais longe do Oriente Médio**. O Globo, 2021.

MAGNOLI, Demétrio. **A OTAN como álibi**. O Globo, 2022.

O ESTADO DE S. PAULO. **A Nova Era das Armas Nucleares**. O Estado de S. Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/internacional/a-nova-era-das-armas-nucleares/?srsltid=AfmBOor9B-fQk3nqcBmeCR67p9LTGoNy98ewN0Wwyl28D2kw5WtEo5uu>. Acesso em: 5 dez 2024.

OSWALD, Vivian. **Morre Mikhail Gorbachev, o comunista que tentou reformar a União Soviética e foi seu último líder**. O Globo, 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2022/08/morre-mikhail-gorbachev-o-comunista-que-tentou-reformar-a-uniao-sovietica-e-foi-seu-ultimo-lider.ghtml>. Acesso em: 17 set 2022.

OTAN. **NATO and the INF Treaty**. OTAN, 2019a. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_166100.htm. Acesso em: 3 maio 2022.

OTAN. **NATO defence ministers meet to address Russia's violation of the INF Treaty**. OTAN, 2019b. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/news_163445.htm?selectedLocale=en. Acesso em: 3 maio 2022.

PANTANO, Ilario. **The second cuban missile crisis**. Wired, 2009. Disponível em: https://www.wired.com/images_blogs/dangerroom/2010/10/Pantano-Second-Cuban-Missile-Crisis-Oct11.pdf. Acesso em: 26 nov 2020.

PAULAUSKAS, Kestutis. **On deterrence**. NATO Review, 2016. Disponível em: <https://www.nato.int/docu/review/articles/2016/08/05/on-deterrence/index.html>. Acesso em: 3 ago 2022.

ROTHMAN, Maarten. **This Has Triggered a Civil War: Russian Deterrence of Democratic Revolts**. In: OSINGA, Frans; SWEIJS, Tim. *NL Arms Netherlands Annual Review of Military Studies 2020: Deterrence in the 21st Century - Insights from Theory and Practice*, Cap. 16, p. 311-325, 2021. Heidelberg: Springer, 2021.

RUBLEE, Maria Rost. **Nuclear deterrence destabilized**. In: UNAL, Beyza; AFINA, Yasmin; LEWIS, Patricia. *Perspectives on nuclear deterrence in the 21st century*, Cap. 3, p. 14-18, 2020. Londres: Chatham House, 2020.

SHELLING, Thomas C. **Nuclear strategy in the Berlin crisis**. Office of the Historian, 1961. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v14/d56>. Acesso em: 17 nov 2021.

SHELLING, Thomas C. **Nuclear deterrence for the future**. *Issues in Science and Technology*, 2006. Disponível em: <https://issues.org/schelling/>. Acesso em: 11 abr 2022.

TORNIELLI, Andrea. **Caracciolo: 'Trabalhar imediatamente por um cessar-fogo entre a Rússia e a Ucrânia'**. Vatican News, 2022. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/mundo/news/2022-07/russia-ucrania-guerra-tregua.html>. Acesso em: 5 set 2022.

WALTZ, Kenneth Neal. **Is nuclear zero the best option?** Waltz says no. *The National Interest*, 2010. Disponível em: <https://nationalinterest.org/print/greatdebate/no-3951>. Acesso em: 5 set 2022.

WERKHÄUSER, Nina. **Tratado de proibição de armas nucleares entra em vigor**. Deutsche Welle, 2021. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/tratado-de-proibi%C3%A7%C3%A3o-de-armas-nucleares-entra-em-vigor/a-56316999>. Acesso em: 21 maio 2021.

WITTING, Volker; NOLL, Andreas. **A ameaça nuclear de Putin: bravata ou real possibilidade?** Deutsche Welle, 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/a-amea%C3%A7a-nuclear-de-putin-bravata-ou-real-possibilidade/a-63197690>. Acesso em: 29 set 2022.